

MICHELLE PERROT

OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA
OPERÁRIOS, MULHERES E PRISIONEIROS

Tradução
Denise Bottmann

Manuela Perrot
No Chão da Terra
Movimento
Nacionalista



PAZ E TERRA

BIBLIOTECA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

UNIDADE	TG/II
N.º CHAMADA	9407
V.	EX
TOMBO	B/287/07
PROC.	9300261
C []	D []
PREÇO	Capa
DATA	1/93
N.º CPDB	1001115374

Copyright by
Michelle Perrot

Isabel Carballo
Giacomo Balla (1905-1914)

Copydesk

Sonia Maria de Amorim

Revisão

Edvaldo Ângelo Batista

José Aparecido Cardoso

Maria Aparecida Marins

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Camara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Perrot, Michelle.
Os exércitos da história : operários, mulheres e prisioneiros / Michelle Pérot ; tradução Denise Bottmann.
— Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.
(Oficinas da história.)

1. França — Condições sociais — Século 19
 2. França — História — Século 19
 3. França — História — Séc. XIX
 4. Mulheres — França — Condições sociais
 5. Prisioneiros — França — Condições sociais
 6. Trabalho e classes trabalhadoras — França — Condições sociais
- I. Título. II. Série.

CDD-944.07
-305.420944
-344.08

Índices para catálogo sistemático:

1. França : Condições sociais : Século 19 944.07
2. França : História : Século 19 944.07
3. França : História : Século 20 944.08
4. França : Mulheres : Condições sociais : Sociologia 305.420944
5. França : Operários : Condições sociais : Sociologia 305.560944
6. França : Prisioneiros : Condições sociais : Sociologia 305.560944

Direitos adquiridos pela

EDITORIA PAZ E TERRA S/A
Rua São José, 90 - 11.º andar
20010 - Centro, Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 221-4066

Rua do Triunfo, 177
01212 - Santa Ifigênia, São Paulo, SP
Tel.: (011) 223-6522

que se reserva a propriedade desta tradução
Conselho Editorial
Antonio Cândido
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso

3.º trimestre de 1988
Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Sumário

Introdução — Stella Bresciani	9
Nota da introdução	13
PARTE I — OPERÁRIOS	
Capítulo 1	
Os operários e as máquinas na França durante a primeira metade do século XIX	17
Capítulo 2	
As três eras da disciplina industrial na França do século XIX	53
Capítulo 3	
O olhar do Outro: Os patrões franceses vistos pelos operários (1880-1914)	81
Capítulo 4	
Os operários, a moradia e a cidade no século XIX	101
Capítulo 5	
O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário	127
PARTE II — MULHERES	
Capítulo 1	
As mulheres, o poder, a história	167
Capítulo 2	
A mulher popular rebelde	185
Capítulo 3	
A dona-de-casa no espaço parisiense no século XIX ..	213

Capítulo 4

aflorar esse trabalho surdo do inconsciente coletivo, onde se tramam novas representações, motor de futuras formas de ação. A hipótese de uma resistência, aliás, é plausível, em virtude da inércia do mental e das palavras que o exprimem, mas também em virtude da pequena atração das análises, econômicas e outras, sobre os que sofrem opressão em sua vida cotidiana. Unir a fria lucidez ao calor do engajamento, "o pessimismo da razão ao otimismo da ação", como dirá Gramsci posteriormente, não é sempre, e para todos, o mais difícil?

Os operários, a moradia e a cidade no século XX

"Os operários atribuem mais valor à moradia do que à cidade", escreve Michel Verret em seu livro sobre o *Espace Ouvrier (Espaço operário)*.¹ "Das moradias, eles se servem, e muito; da cidade pouco, pouquissimo tempo, longe demais, não é para eles. Mas quando vão até ela, é para se reunir." Eles a utilizam como espaços abertos, para aquelas "festas de momento e quantidade" que não deixam traços senão nas lembranças e nas imagens — fotos e até filmes — que as fixam. No operário de hoje, haveria antes uma reivindicação pela privatização do espaço: "ao subtrair seu espaço doméstico ao olhar patronal, o operário abre para si um campo de liberdade tão precioso que ele se dispõe a pagá-lo ao preço da distância e fadiga". A fábrica, ele a vê demais. "Estar entre suas paredes é para o operário, antes de tudo, não estar entre as paredes dos outros e, em sua casa, poder ser ele mesmo."

No século XIX, é — parece-me — quase o inverso. Os operários reivindicam menos o direito à moradia do que o di-

1. Michel Verret, *L'ouvrier français. L'espace ouvrier*, Paris, A. Colin, coleção U, 1979, p. 153.

reito à cidade, “espaço para viver”.² Eles aceitam as condições habitacionais, principalmente a densidade populacional, que assombra os observadores externos, filantropos e higienistas. A campanha contra os cortiços, vigorosa principalmente no último terço do século XIX, não é de origem operária. Por que essa diferença? Como se deu a inversão? É preciso lembrar que as necessidades sociais não são idênticas, entidades abstratas das quais se poderia descrever a curva, fazer a história linear. O desejo é a expressão de um sistema de relações sociais do qual ele não pode ser extraído sem inconvenientes.

→ As atitudes operárias em relação à moradia

Por um longo período, a reivindicação operária se refere ao aluguel, não à moradia. Desta, fala-se em termos de custo, de peso no orçamento, não de conforto ou espaço. Não surprende que as greves nada digam a respeito: não é esse seu objeto. Notemos de passagem que praticamente não se trata mais da questão da higiene nos locais de trabalho. Na primeira metade do século XIX, por vezes os operários alfaiates protestam contra a má instalação das oficinas onde trabalham sentados por muitas horas. Mais tarde, fala-se pouco da higiene da fábrica, temendo-se sempre que uma organização mais racional do espaço implique um controle maior dos deslocamentos e gestos operários. Teme-se trocar a liberdade pelo conforto. O mesmo muitas vezes ocorre no âmbito da moradia.

Quando a questão da habitação aparece pela primeira vez na ordem do dia de um congresso sindical, no Havre, em setembro de 1912 (Congresso da CGT), é sob a seguinte forma: “Carestia e alta dos aluguéis”.³ O preço e as condições do alo-

gemento” ocupam dez páginas (pp. 227-238) no livro que M. e F. Pelloutier dedicam a *La Vie Ouvrière en France, (A vida operária na França)* (1900). É pelo viés do alcoolismo e do tempo livre que o movimento operário descobre, no início do século, o problema da habitação. Dois paliativos para a taverna, por tanto tempo celebrada como a “casa do povo”: lazer familiar numa moradia saudável e “espaços verdes”. Para curar o mal, escrevem os irmãos Bonneff em 1912, é preciso desenvolver “o antídoto da higiene, e isso através da educação desportiva dos cidadãos, através da construção de casas salubres, através da utilização de grandes espaços para os jogos ao ar livre”.⁴ Respiradouro para a família, mas também para a cidade, jamais esquecida, e, sempre, a reivindicação dos espaços externos.

A parcela das despesas com moradia nos *orgamentos operários* do final do século XIX praticamente não ultrapassa 10 ou 12%, mas com grandes variações.⁵ Essa parcela é notavelmente maior em Paris: segundo a *Estatística Geral da França*, o aluguel açaibarca de 10 a 20% da renda operária em Paris no início do século XX. A conclusão de Maurice Halbwachs, no conjunto, continua a ser verdadeira: “A moderação nas despesas com a moradia, e mais exatamente com o aluguel, sempre nos pareceu um traço essencial da condição operária”.⁶ Os assalariados não-operários dedicam-lhe claramente mais dinheiro; com isso, marcam sua diferença, sua “distinção”.

Significativamente, o item em expansão nos orgamentos operários da época é o *vestuário*. E esse cuidado com a apresentação implica toda uma relação com o espaço público bem observada por Halbwachs. Quando os operários têm dinheiro de sobra, escreve ele em 1912 *La Classe Ouvrière et les niveaux de vie (A classe operária e os níveis de vida)*, eles o consagram a “despesas que têm seu objeto fora da família, na sociedade em sentido amplo, e (...) sacrificam a moradia em favor das

2. Arlette Farge, *Vivre dans la rue à Paris au 18ème siècle*, Paris, Gallimard, coleção Archives, 1979 (fundamental).

3. J. P. Flamand, “La question du logement et le mouvement ouvrier français”, *Critique de l’Économie Politique*, 1979, n.º 9, nova série.

4. Robert Bréey, *Le mouvement syndical en France, 1871-1921, Essai bibliographique*, Paris, Mouton, 1963 (contém a bibliografia e as ordens do dia de todos os congressos sindicais desse período).

5. L. e M. Bonneff, *Marchands de folie*, Paris, Rivière, 1912, p. 4.

6. Michèle Perrot, *Les ouvriers en grève (1871-1890)*, Paris, Mouton, 1974, v. 1. “L’ouvrier consommateur” (pp. 203-50).

7. Maurice Halbwachs, *L'évolution des besoins dans les classes ouvrières*, Paris, Alcan, 1933, p. 28.

roupas, das distrações, de tudo o que os coloca num contato mais estreito com os grupos da rua ou com a sua classe". Como os operários enfrentam uma auto-imagem onde a sujeira e o desalinho marcam sua inferioridade, a dignidade operária passa pelo "bom aspecto", a *bella figura* dos italianos. Uma roupa conveniente permite que se misturem sem vergonha à festa urbana, que "saiam". Ora, as "saídas" — da fábrica e dos lazeres — são os grandes momentos da vida operária. Urbanas ou campestres, elas sempre levam para fora de casa.

Pagar o mínimo possível pelo alojamento, tal é portanto a ambição de operários que muitas vezes vêm de regiões rurais onde ele não custa nada. A data fatídica do prazo de pagamento — o "Deus Prazo" —, dia 8 do primeiro mês de cada trimestre⁸ —, a "Festa Nacional do Capital e da Santa Grana", segundo *Le Père Peinard*,⁹ é crucial. E preciso enfrentar o mau humor do Senhor Abutre e do seu braço direito, Pipelet, duas grandes figuras do folclore urbano. Segundo o Littré, *vautour ("abutre")* na gíria do subúrbio quer dizer um "proprietário exigente e duro" (é o mesmo que dizer todos!) e "essa denomiinação vem do sucesso de uma peça de Desaugiers, M. *Vautour ou le propriétaire sous le scellé* (Sr. Abutre ou o proprietário sob o selo judicial), representada em 1806", ela mesma talvez expressão de uma designação da época. Pipelet é a personagem que sai direto dos *Mystères de Paris* (*Mistérios de Paris*), de Eugène Sue, onde encarna um porteiro temível. Sobre porteiros e guardiães, no masculino e no feminino, sobre o papel dos cubículos e das escadas onde eles ficam, seria o caso de toda uma pesquisa na Paris dos séculos XIX e XX.

Contra o "Dono", as resistências são de dois tipos, individuais e coletivas. Em primeiro lugar, a escapada, as "mudanças na surdina" (aquela pecinha que abafa o som!) indicadas por Louis-Sébastien Mercier desde o final do século XVIII,¹⁰ que

a cada dia de pagamento transformam as ruas de Paris em "procissões de mudanças", particularmente movimentadas em tempos de crise. Os operários utilizam esses carrinhos de mão que se podem alugar por hora, e que aparecem nas fotos de Atget, por volta de 1900, em todas as ruelas; eles aí amontoam seus utensílios de cozinha, alguns trastes, os colchões que muitas vezes constituem o essencial da mobília, e aos trancos e barancos toda a família muda de moradia. No prazo de pagamento de julho de 1882 — um prazo ao acaso —, assim ocorrem 3.695 mudanças em nove bairros do centro e leste da capital, sendo que os bairros burgueses se mostram imensamente mais estáveis. Esse costume não é exclusivo de Paris: em Lille, por exemplo, fala-se de "mudança à São Pedro". Essa prática exemplar mostra como uma forte coesão do grupo familiar, presente nesses deslocamentos, não implica necessariamente um "lar": ela sugere até que ponto o mundo operário da época ainda é móvel, quase nômade.

No final do século XIX, os *compagnons** (anarquistas) se esforçam em transformar essa escapada num ato de protesto. A cada prazo de pagamento, os "cavaleiros da surdina" ou "péscachatos" vêm prestar auxílio às famílias populares. Por volta de 1893, existem pequenos grupos deles dispersos por Paris, operários de ofício, mas robustos, carregadores improvisados avisados por via oral, prontos a se reunir e a esvaziar um apartamento, com a cumplicidade do bairro e, às vezes, os ouvidos moucos do porteiro que hesita em enfrentar esses fortes latagões. Essa forma de ilegalismo, praticada principalmente entre 1884 e 1894, torna uma tal amplitude que, sob a pressão dos proprie-

⁸. Eugène Pottier consagrhou um poema a ele, "Le huit", *Chants révolutionnaires*, Paris, Dentu, 1887. Na mesma coletânea, ver "Logemens insaubres".

⁹. *Le Père Peinard*, 13 de julho de 1890.

10.

Tableau de Paris, v. 10, p. 198, "Payer son terme".

tários, uma lei passa a prever a repressão com penas que vão até cinco anos de prisão. A organização subsiste tornando-se ainda mais clandestina e a prática continua.¹¹ Através dos *com-pagnons*, a escapada resignada converte-se em resistência afirmada.

A cada revolução, coloca-se o problema do prazo de pagamento, do aluguel. Por exemplo, em fevereiro e março de 1848 em Paris, nos bairros populares da capital, ocorrem charivaris, isto é, arruaças noturnas acompanhadas de gritos, contra os proprietários que se recusam a dar recibos sem pagamento. As donas-de-casa, “ministros das finanças” das famílias, desempenham um papel fundamental nessas manifestações onde os maridos se mostram mais reservados. Na maior parte do tempo, são violências verbais, marcadas porém por uma interrupção, às quais o governo põe um freio ao lembrar: “Não quitar sua dívida no dia fixado às vezes pode vir a ser uma necessidade infeliz justificada por circunstâncias extraordinárias; mas exigir recibo do que não foi pago é sempre um delito que nada pode desculpar e que a lei deve perseguir”.¹²

Essa questão do aluguel é uma das origens da Comuna de Paris. Jeanne Gaillard mostrou como a alta dos aluguéis, principalmente a partir de 1867, era uma das grandes causas de descontentamento.¹³ Tanto que um dos primeiros atos do governo republicano de Defesa Nacional, proclamado em 4 de setembro de 1870, foi instaurar uma moratória dos aluguéis. Quando os versalheses, em janeiro de 1871, decidem eliminar essa moratória, é a fúria. E um dos primeiros atos da Comuna consiste em prolongar a moratória. De resto, através desse problema dos aluguéis, coloca-se o problema muito maior dos direitos e deveres dos proprietários no referente aos consertos, despejos e escoila dos locatários. Têm eles, por exemplo, o direito de recusar famílias numerosas (principalmente com mais de três filhos)?

Nessa época, o problema dos “donos” é quase tão importante quanto o dos patrões.

No entanto, as tentativas organizadas de resistência coletiva, em número limitado, fracassaram. A primeira ocorreu nos anos 1881-1884, em Paris, onde a alta dos aluguéis fora particularmente intensa. Certos blanquistas e os anarquistas preconizam a greve dos aluguéis com manifestações de locatários por ocasião dos despejos: amontoar-se-ia a mobília nas calçadas, empoleirando as crianças em cima. Esse projeto, apresentado por um operário fabricante de cadeiras, Hénon, é recusado pelos “comitês revolucionários” socialistas como impraticável, e a Liga dos Antiproprietários, anarquistas, deve se contentar em ajudar as mudanças furtivas. Possibilistas e guesdistas querem obter fundos do conselho municipal para a construção de habitações operárias; os segundos, hostis a essa política considerada reformista, defendem um amplo movimento de petições pela taxação dos aluguéis por parte do Estado, com vistas à expropriação final operada pela Revolução. Em todo caso, uns e outros multiplicam os artigos de imprensa, reuniões e meetings durante o verão de 1882. Em junho de 1883, um congresso socialista dos aluguéis reúne cinqüenta delegados de grupos, mas não atrai nenhum público, e a campanha é abandonada. Um comissário de polícia comenta: “O operário se acalma bastante rapidamente nas suas pequenas cóleras contra seu proprietário. A questão do salário é muito mais importante”.¹⁴

O segundo ponto alto desse esboço de movimento de consumidores se situa em 1910-1911, por ocasião da grande crise de carestia que fez disparar o preço dos alimentos e aluguéis urbanos em toda a Europa Ocidental.¹⁵ Em 1910, cria-se em Paris uma Câmara Sindical dos Locatários, próxima da CGT (na época, de orientação sindicalista revolucionária), animada por Georges Cochon e ligada aos neomalthusianos. Estes últimos, claramente libertários na França, querem converter a limitação dos nascimentos numa arma da luta de classes. Sob seu impul-

11. Michelle Perrot, “Les classes populaires urbaines” (1880-1914) em *l’Histoire économique et sociale de la France* (sob a direção de F. Braudel e E. Labrousse), t. 4/1, pp. 617 e ss.

12. Michelle Perrot, *L’Impossible Prison*, Paris, Seuil, 1980, p. 297.

13. Jeanne Gaillard, *Paris, La Ville (1852-1870)*, Paris, Honoré Champion, 1977, pp. 129 e ss.

14. Michelle Perrot, *Les ouvriers en grève*, t. 1, p. 223.

15. *Histoire économique et sociale*, t. 4/1, p. 517.

so, a Câmara Sindical defende a "greve dos aluguéis e greve das mães": ela reivindica a proibição da demissão verbal, garantias para as famílias numerosas, as mais atingidas pela crise, a taxação dos aluguéis, um levantamento das moradias desocupadas, a obrigação dos consertos a cargo dos proprietários. O sindicato declara "guerra ao cortiço", denunciado como um viveiro de tuberculose: signo da penetração das campanhas higienistas da época. Em 1911, ele se implanta em todos os bairros populares de Paris e numa vintena de comunidades da periferia, principalmente em Clichy, berço do movimento, cuja seção conta com 500 membros no final de 1911. Em 1912, 33 seções reunem perto de 4.000 cotistas, mas atingem um público muito maior com os *meetings* e sobretudo as manifestações por ocasião das mudanças, às quais os militantes se esforçam em dar novamente um caráter espetacular de festa do bairro. Desfila-se com bonecos que representam os "dons", que assim são quemados; agitam-se cartazes onde vêm inscritos os slogans repetidos em voz alta: "Queremos moradias salubres", "Os proprietários que alugam moradias insalubres são assassinos"; canta-se *A Locatária ou Marcha dos Locatários*, de Charles d'Avray, famoso compositor popular.¹⁶ Em 1912, o despejo do próprio Cochon da sua moradia na rua de Danitzig provoca um verdadeiro sítio: as seções mais militantes decidem formar uma Federação Sindical dos Locatários, mais radical em sua crítica à propriedade. Mas tudo some na primavera de 1912. Em 1913, não resta mais nada. A experiência nem por isso é menos histórica.

Estruturas e funções da moradia operária urbana no século XIX

As populações parisienses do século XIX têm grande mobilidade no uso do espaço, e isso vale para todas as classes, como mostra, por exemplo, o estudo dos livros do registro público

16. R. Bécy, *Chansons sociales et révolutionnaires*, Paris, Hier et Demain, 1979.

¹⁷ F. Raison-Jourde, *La colonie auvergnate de Paris au 19ème siècle*, Paris, 1976. Ver também os trabalhos de Alain Corbin, 1883.

¹⁸ A. Delvau, *Dictionnaire de la Langue verte*, Paris, Flammarion, 1983.

¹⁹ Esta epidemia deu lugar a um dos primeiros inquéritos urbanos sistemáticos: *Rapport sur la marche et les effets du choléra-morbus dans Paris et les communes rurales du département de la Seine*, 1834. Uma comissão central de inquérito apoava-se sobre uma pirâmide de comissões de bairros e circunscrições, reunindo médicos, farmacêuticos, comissários de polícia... Só a comissão do Luxemburgo visitou 92 propriedades, entre as quais 402 foram declaradas insalubres. A obra compreende um grande número de projetos e constitui um dos primeiros "registros sanitários" da capital.

de imóveis. As migrações temporárias, características principalmente dos operários da construção, accentuam essa mobilidade. Para os operários da Creuse, sobretudo os pedreiros, cujo memorialista é Martin Nadaud, para os de Auvergne, de profissões variadas, cuja história foi contada por Françoise Raison-Jourde,¹⁷ o essencial continua a ser a terra, onde eles investem tudo o que ganham na cidade. Até os anos 1880, esses "indivíduos celibatários" têm na cidade apenas uma moradia precária, uma vaga ou um quarto mobiliado, da qual esperam apenas um abrigo para a noite. "O verdadeiro quarto mobiliado só se chama assim por antírase", escreve Delvau: "porque é desguarnecido dos móveis mais necessários e só tem a cama, e às vezes a cômoda".¹⁸ Existe uma vasta literatura sobre "esses quartos de percevejos" — os percevejos: flagelo dos pobres no século 19. Eles aterrorizam os médicos e filantropos, quando por acaso aí se aventurem, como foi o caso, por exemplo, por exemplo, por ocasião da epidemia de cólera de 1832.¹⁹ Quanto às mulheres migrantes, empregadas como domésticas, elas ocupam um sótão e, cada vez mais, os sextos andares dos prédios haussmannianos.

As coisas mudam por volta dos anos 1880. De temporárias, as migrações passam a ser permanentes. A "grande depressão" dos anos 1882-1890 contribuiu para romper os laços com a terra e povoar as grandes cidades. Muitos migrantes trazem suas mulheres e instalam-se em Paris sem esperança de retorno. Assiste-se à formação da população "parisiense", cujas etapas e

processos foram descritos por Louis Chevalier.²⁰ Esses grupos familiares mais estáveis — mantidas todas as proporções — e mais numerosos têm outras exigências em matéria de alojamento, mesmo que no final do século XIX ainda se mantenham em larga medida potenciais.

Discípulos de Hipócrates, defensores do ar puro, os médicos do século XIX acreditam nas virtudes do “ar livre”, nos danos do ar “mefítico”, viciado pelas grandes densidades populacionais. Atribuem à promiscuidade das multidões urbanas, aos amontoamentos dos corticós (palavra dominante dos anos 1880) a propagação de doenças difundidas por contato, por “contágio”; epidemias, e logo a tuberculose. Sabemos hoje o que vale tal diagnóstico, do qual Alain Cottreau tentou fazer uma análise crítica.²¹ Qualquer que seja, essa atenção médica nos valeu numerosos inquéritos e tentativas de *Registro sanitário* (doutor Juillerat), que constituem grandes fontes de informações.²² Essas descrições fornecem elementos objetivos, mas também um julgamento que não nos revela necessariamente o dos próprios usuários. O fantasma do amontoamento, preocupação dominante entre esses clínicos ocupados em separar os corpos, entre esses filantropos convictos quanto aos benefícios do isolamento (nas prisões, a partir de 1840, triunfa a cela individual, pelo menos em princípio), não é obrigatoriamente partilhado pelo povo. Nas oficinas ou fábricas, os inspetores mandam abrir as janelas que os operários nunca abrem, temendo antes de tudo o frio. O amontoamento extremo — uma ou duas peças para famílias freqüentemente numerosas —, a ausência daquilo que, a partir do final do século XVIII, chama-se “conforto”, atribuindo-se ao termo um sentido cada vez mais material, a instabilidade, a

precariedade patente na mediocridade da mobília caracterizam essas habitações operárias das grandes cidades. A densidade populacional foi intensificada com a haussmannização, com famílias se agrupando num mesmo alojamento, ao invés de emigrar para a periferia. O aquecimento, sem dúvida, é o elemento de conforto mais difundido; contudo, Jeanne Gaillard observa que, em 1865, mais da metade das moradias operárias parisienses não dispõem de meios de aquecimentos regulares; as pessoas se aquecem com uma espécie de braseiros, evidentemente muito nocivos nas suas emanações. Quanto à água, é de uso público; daí a importância dos pontos de água coletivos nos pátios e ruas, locais de sociabilidade feminina por excelência.²³ Nada de banheiro: em Ivry, ainda muito rural, usa-se o ar livre: o doutor Mangenot mostra os dois ritos, esvaziamento dos urinóis pela manhã, “necessidades” feitas coletivamente à noite, em fila, ao longo das cercas, o que implica toda uma relação com o corpo e a intimidade. Os primeiros banheiros coletivos, nos pátios ou à meia altura das escadas, são chamados de “chumbos” ou “lugares”, e as famílias operárias se queixam dos maus cheiros que trazem: estavam-se tão bem lá fora.

Nesses “interiores” superpovoados, que as *Monographies de famille (Monografias de família)* de Le Play e sua escola descrevem com uma precisão de notário, poucos móveis, poucos objetos: colchões, utensílios de cozinha, uma mesa, algumas cadeiras; às vezes, uma cômoda da família; na parede, algumas imagens, e mais tarde fotos, cujo uso popular começa a se difundir no início do século XX. Bagagem leve que permite uma mudança sem grandes dificuldades nem despesas excessivas. Aos olhos dos moralistas, a presença de móveis é o sinal infalível do enraizamento.

Essas moradias sumárias oferecem, porém, essas marcas tênues da busca de um prazer ou de uma intimidade: uma gaiola de pássaros, cortinas nas janelas. Nas fotos que Atget tirou das miseráveis casas da Cidade Dourada (13.^a circunscri-

20. Louis Chevalier, *La formation de la population parisienne au 19ème siècle*, Cahiers de l'INED, n.º 75, Paris, PUF, 1950.

21. Alain Cottreau, “La tuberculose: maladie urbaine ou maladie de l'usure au travail? Critique d'une épidémiologie officielle: le cas de Paris”, *Sociologie du Travail*, IV-VI, 1978 (notável).

22. Sobre o alojamento popular, ver R. H. Guerrand, *Les origines du logement social en France*, Paris, Éditions Ouvrières, 1967. Alain Faure empreende pesquisas muito detalhadas sobre o alojamento em Paris do inicio do século 20.

23. Tentei analisar sua história e funcionamento: “Femmes au lavoio”, *Sorcières*, janeiro de 1980; “A dona de casa no espaço parisiense no século XIX”, artigo 8 desta coleção.

cão),²⁴ vêem-se essas cortinas de macramé que as fábricas de tules e rendas feitas a máquina de Calais forneciam em abundância. A história das cortinas nas janelas se inscreve na vida privada.

Mais alojamento do que moradia, essas estreitas superfícies mal constituem um "interior"; antes um local de reunião provisória e temporária de uma família que vive em outro lugar: fora, nos espaços coletivos da casa — corredores, patamares, escadas, pátiôs —, e sobretudo na cidade.

Em matéria de moradia, os operários exprimem principalmente seu desejo de independência, sua preferência pela habitação individual, a recusa das vilas operárias. Em Paris, as Vilas Napoleão foram um fiasco; no interior, as vilas industriais foram obra sobretudo do grande patronato; encontraram uma forte resistência e deram certo — com adaptações — inicialmente junto aos desenraizados, migrantes camponeses ou estrangeiros (belgas, italianos). Crivada de terrenos baldios, de posse indefinida, a capital viu florescer aqui e ali formas de habitação precárias, que iam desde o barraco de tábuas e trapos até a casa de "tijolos e estuque", melhor estruturada, obra talvez de pedreiros da Creuse ou da Itália que trabalhavam — "peruvavam" — para si mesmos, destruídas pela progressiva urbanização. Ser livre, escapar ao controle do patrão, do dono e seu cérbero (o porteiro, também chamado de "fechajporta"): eis o primeiro desejo.

Com o aumento da sedentarização da classe operária e o agravamento das condições de habitação popular, as queixas e os desejos se tornam mais precisos. Vê-se isso, por exemplo, por ocasião do inquérito parlamentar de 1884 quando, pela primeira vez, os operários foram convidados a depor perante uma comissão. Publicados, os seus depoimentos constituem um temunho apaixonante.²⁵ Tornam-se mais vivas as queixas contra

a insalubridade, a falta de asseio dos imóveis de "renda", paredes imundas, odores nauseantes, latrinas comuns sempre entupidas. No entanto, quando o *compagnon* Maréchal esboça um projeto de construções operárias, não ousa prever banheiros particulares: "O povo não exige ter banheiros em casa", diz ele, e sente-se que aí está um luxo inconcebível. Mais modestamente, ele sonha com um pouco de espaço: pelo menos duas peças, e se houver crianças, "se o pai de família se respeita, três ou quatro peças não são demais" (depoimentos dos carpinteiros). Os depoentes criticam vivamente as casernas de tipo Napoleão e querem variedade nas fachadas e disposições internas: "As casas seriam, por exemplo, divididas em grupos de cinco, onde uma teria uma fachada em pedra talhada, outra de tijolos, uma terceira de alvenaria, para que nada permitisse pensar que se trata de uma vila operária". Horror à vila operária e aos conjuntos uniformes: o povo foi bem servido!

Algumas observações ainda sobre este ponto, tão delicado, das aspirações populares em matéria de moradia. Convém não confundir sentido da família com sentido de moradia. O primeiro, freqüentemente muito vivo entre os meios populares do século XIX, não se inscreve necessariamente no espaço do interior. A família é uma rede de pessoas, uma organização econômica (extrema importância da economia familiar, da disposição comum das fontes e entradas), uma forma de solidariedade distendida, desterritorializada, possível de se compreender através das modalidades contemporâneas de migração — vejam-se os marroquinos do Magreb, os turcos, os portugueses de hoje na França, e outros lugares. A família é, sem dúvida, uma das primeiras e mais vivas formas de sociabilidade popular; não é uma criação burguesa. No limite, esta seria a coincidência absoluta entre família e interior, a separação entre o público e o privado.

É preciso igualmente distinguir entre "reivindicação" e "aspiração". O campo daquela, evidentemente, é muito mais limitado: a experiência mostra que só se reivindica o acessível, o possível, o negociável. O canal reivindicativo é estreito. Também é preciso considerar essas falhas do discurso, essas exclamações, esses suspiros que, em torno de uma conversa ou um texto, dizem o desejo e o sonho. Com o que sonham os operários? E a

13.ª circunscrição, primavera de 1980. As fotos de Arget estão na Biblioteca Histórica da Cidade de Paris.

25. Sobre essa investigação, ver M. Perrot, "Comment les ouvriers parisiens voyaient la crise d'après l'enquête parlementaire de 1884", em *Structures et Conjonctures, Mélanges offerts à C. E. Labrousse*, Paris, PUF, 1974.

questão que subjaz, por exemplo, à pesquisa de Jacques Rancière sobre *La Formation de la pensée ouvrière en France au XIX^e siècle (A formação do pensamento operário na França no século XIX)*.²⁶ Dele emprestaremos a seguinte descrição operária, em tom de admiração, condizente com a natureza tranqüila de Agricol Perdiguer, o compagno Avignon la Vertu*, onde transparece a nostalgia do “lar” sonhado, para aquela geração de operários saint-simonianos: “Agricol Perdiguer morava no número 104 do Faubourg Saint-Antoine num pardoiro medonho mascarado no exterior por uma magnífica confeitaria (...).

Quase tudo o que cercava Agricol Perdiguer era repulsivo e odioso, mas, uma vez chegando ao seu interior, a pessoa se encontrava como que num outro mundo. O quarto era mal pavimentado, é verdade; ele tinha, como as casas de campo, grossas vigas negras no teto, mas esse quarto estava guarnecido com uma alcova e decorado com um papel de parede pintado com fundo claro que lhe dava um ar alegre. Depois, havia duas janelas e, nessas janelas, cortinas de musselina pelas quais via-se agitar lá fora a folhagem dessas plantas trepadeiras que as operárias de Paris gostam de cultivar.

A mobília se compunha de uma cama muito pequena, algumas cadeiras, uma cômoda de nogueira, uma mesa de costura quadrada e maciça e uma biblioteca de carvalho cujas prateleiras estavam guarnecidas com bons livros. Havia também sobre a chaminé um pequeno espelho com uma moldura de acaju, preso à parede com um prego e em frente um globo de vidro onde desabrochava um ramalhete artificial sobre seu musgo de seda. De cada lado do espelho estavam suspensos coxins miúdos de veludo negro, enfeitados com festões, onde repousavam um medalhão de família e um relógio de prata, únicas jóias das

casas pobres. Tudo estava limpo, reluzente, encerado, arrumado com os cuidados delicados que uma mulher ordeira e de gosto dispensa a tudo o que a cerca”.

Esse quarto era o sonho de quais operários?

A propósito, quais eram os sonhos operários?

O amor à cidade

Da mesma maneira, não se tomará como líquido e certo o pessimismo urbano das classes dominantes. Essas classes, que aliás fundaram seu poder sobre a Cidade e sua vida social e cultural numa divisão equilibrada entre o espaço urbano e o espaço rural, desde o final do século XVIII e no século XIX desenvolveram uma representação antitética do campo virtuoso e paradisíaco e da cidade viciosa e infernal, corroborada pelas teorias médicas do bom e do mal art.²⁷ O tema dos “submundos”, que depois de 1860 se une ao do “Cinturão negro” de Paris — a Zona —, são os tópicos do discurso burguês.

A visão operária da Cidade certamente é diferente. Vejamos os naturais de Auvergne descritos por Françoise Raison-Jourde, que afluem em número crescente para a capital ao longo de todo o século XIX. Paris os atrai como uma oportunidade de ganho, de saída de um impasse econômico, como uma perspectiva de ascensão social. Para esses Rastignac,* que em certa medida os migrantes sempre são, Paris é uma “fronteira”, onde se pode fazer o destino recuar. É claro que são necessárias muitas nuances, segundo os locais de origem, a força das etnias, o instrumental de que dispõem: é grande a distância entre os de Aveyron, da Borgonha, da Bretanha... Seria preciso distinguir conforme as épocas, e ver como as decepções transformam as representações originais. A sífilis — o “Mal parisiense”, como dirá

26. Tese de doutorado defendida em dezembro de 1980; lançada pela Fayard em 1981 com o título *La Nuit des Proletaires. Archives du rêve ouvrier*.

* Agricol Perdiguer, vulgo Avignonais la Vertu, era marceneiro e autor do *Le livre du Campagnonnage* (1841), cujo sucesso, entre outras coisas, inspirou a Georg Sand seu romance *Compagnon du tour de France* e alçou Perdiguer a representante dos eleitores parisienses de opinião democrática à assembleia Constituinte de 1848. (N. da R.)

27. Pode-se consultar Louis Chevalier, *Classes labourieuses, classes dangereuses à Paris dans la première moitié du 19ème siècle*, Plon, 1958.

* O personagem arrivista de Balzac em *Pai Goriot* (N.T.).

zem os bretões — e a tuberculose certamente empanaram uma imagem em larga medida originariamente positiva. Em suma: esta história está por fazer. Isso não impede: no século XIX, e ainda no entreguerras, conforme as investigações conduzidas por Françoise Cribier e sua equipe,²⁸ a imagem de Paris e seu poder de assimilação continuam a ser fortes. O serralheiro Gilland elogia “o gosto distinto, puro e exigente das cidades”;²⁹ o tipógrafo Supernant, órfão, encontrou em Paris o calor de um lar: “há muito tempo sem família, tendo perdido minha mãe muito jovem, recriei para mim uma família com esta imensa população que a cada dia gravita no seio da cidade, à qual eu amava, ela, como minha segunda mãe, viva com suas casas variegadas, seus edifícios multicoloridos, seu céu, seu ruído que eu vi e ouvi desde o instante em que me foi dado ver e ouvir; sentado numa marca de pedra como uma criança no seu berço, eu reconhecia um irmão em cada criatura que passava, um brinquedo conhecido em cada monumento, um chamado amigo em cada um dos sons que sussurravam às miríades em meus ouvidos”.³⁰

Essas pessoas têm uma capacidade surpreendente de aprofundar as potencialidades da cidade, não apenas pelo ângulo econômico, mas como local de prazeres. A cidade é um mercado, uma floresta onde se pode caçar furtivamente, e ai se sobressaem principalmente as mulheres e crianças. A cidade é um teatro de mil “galinheiros”. Esse povo tem sede de espetáculo: “a classe mais numerosa e mais pobre está lá amontoada, ela só vive lá”, escreve Saint-Simon.³¹ Sob a Restauração, sufoca-se no teatro do Ambigu quando há uma representação gratuita: Boilly pintou a cena (quadro do Louvre).³² Esse povo

28. Inquéritos sobre os provincianos vindos a Paris entre as duas guerras: amostra formada a partir das Caixas de aposentadoria. Inquérito oral incluindo numerosas perguntas sobre a forma como os migrantes viam Paris, se se adaptaram à cidade etc.; suas respostas refletem em geral uma grande valorização de Paris.

29. Texto de 1850, citado por J. Rancière, op. cit., p. 50.

30. Texto de 1840, citado por J. Rancière, p. 85.

31. Citado por J. Rancière, p. 292.

32. Os trabalhos, a sair, de Odile Krakowitch sobre a Censura e o teatro (1830-1850), mostram essa freqüência extraordinária do teatro nos meios mais populares.

dança, quando pode, em todos os recantos da cidade; o baile, como a taverna ou a baiúca com música, são formas de aculturação e domesticação urbanas.³³ Os migrantes colonizam Paris, e Paris os modela, eterna afinidade rival com o “altivo vencedor”. Os delegados operários para a Exposição de 1867 ou a comissão de inquérito de 1884 demonstram um acesso patriótico parisense. Não pretendem mais partir: “eles não têm mais apego à terra natal... eles preferem sofrer do que ir embora”.³⁴ Já em junho de 1848, a diferença entre os sublevados de junho e as jovens guardas móveis alistadas pelo governo para combater-los não se deve ao nível social ou profissional, nem mesmo à idade, mas ao grau de antigüidade na cidade.³⁵

Mas então que cidade eles querem? E para fazer o quê? Ter uma cidade aberta, morar no centro, circular e utilizar livremente o espaço público: eis, parece-me, três reivindicações fundamentais.

Uma cidade aberta

Filhos das Luzes que, na segunda metade do século XVIII, tinham abolido tantas fortificações, freio à livre circulação dos indivíduos e mercadorias e símbolo dos tempos feudais³⁶ os operários recusam qualquer encerramento, qualquer fixação de limites. Sabem por experiência própria que eles restringem a liberdade de circulação e aumentam os controles. Símbolos e meios da presença fiscal mais detestada — a dos impostos indirectos sobre o consumo, tão pesados para os pobres —, as Alfândegas municipais polarizam as violências em períodos revolucionários: tanto em 1789 como em 1848. Em junho de 1848, quando o General Bréa acaba de parlamentar com os sublevados que tinham tomado a Barreira de Fontainebleau, ele é morto. Não podendo abolir as Barreiras, contornam-nas instalando

33. Segundo as pesquisas, a sair, de François Gasnaut sobre os Bailes públicos em Paris no século XIX.

34. M. Perrot, “Comment les ouvriers...”, p. 190.

35. Segundo os artigos de Charles Trilly e P. Caspard, 36. A respeito ver Jean-Claude Perrot, *Genèse d'une ville moderne. Caen au 18ème siècle*, Paris, Mouton, 1975.

adiante as baiúcas ou tavernas com música onde o vinho não taxado é mais barato, assim transformando o obstáculo em “portas de prazeres”. Na direção da Porta da Itália, o Cabaré da Mãe Maria, *A la Bonne Galette*,* sobreviveu até a anexação das comunidades suburbanas em 1860. As gravuras que apresentam (vistas na Exposição, organizada na Prefeitura da 13ª circunscrição na primavera de 1980) mostram um local semi-campestre, com grandes mesas ao ar livre, onde homens, mulheres e crianças bebem, conversam e dançam. Familiar no domingo, o público é muito mais masculino na segunda-feira, dia dos camaráadas.

Contra as fortificações militares, a antipatia é a mesma. Quando o governo de Thiers, por razões estratégicas, decide em 1840 prover Paris com um cinturão de fortificações, ele desencadeia a fúria popular. Alfaiates e operários da construção manifestam-se, em greve, contra esse retorno ao feudalismo; à cidade medieval com muralhas, eles preferem a cidade aberta. Fracassam. Então começa um processo de recuperação, de subversão dos limites. Os restos das antigas fortificações de Paris e a “zona” (as fortificações foram totalmente demolidas nos anos 1920-1930) tornam-se por quase um século um território de fronteira utilizado por todos os tipos de marginais — trapeiros, boêmios que Atget fotografou por volta de 1900 —, apaches em tumultos, operários festejando a segunda-feira ou culti-vando um canteiro de legumes. Esse “cinturão negro”, cercando a capital não deixa de inquietar os burgueses, que reclamam em altos brados o saneamento no lugar. Desde antes de 1914, procede-se a despejos — não sem choques — para desocupar terrenos de esportes e “espaços verdes”, pulmões para Paris. Socialistas e radicais do Conselho Municipal apóiam essas medidas como um mal menor. A zona deixou toda uma posteridade: os moradores da zona são filhos perdidos; ainda atualmente, “zona”

designa um espaço livre onde tudo seria permitido, em oposição às “residências” regulamentadas.³⁷

A história das Barreiras e a da Zona testemunham o esforço incessante das classes populares em tirar partido desses limites da cidade constantemente mais recuados.

Ficar no centro

Esse ordenamento periférico, porém, não passa de um complemento ou de uma alternativa desfavorável. A ambição operaria se inscreve no coração das cidades. E lá, no centro de tudo, que se tem de viver e morar. Os migrantes no início do século XIX amontoam-se em torno de Notre-Dame (bairro dos Arcis), na Vila, em volta da Prefeitura onde a sinistra rua da Mortellerie (mudará de nome depois da colera de 1832 que a dizimou) atinge densidades máximas, e no Marais. A praça de Grève e as tavernas em torno oferecem um mercado diário de empregos. E as margens do Sena são freqüentadas por toda uma arraia-miúda de descarregadores e lavadeiras. Na metade do século, a organização dos Halles aumenta esse poder de atração do centro, o “ventre” de Paris.

Isso dá idéia do traumatismo que representa aquilo que se costuma chamar de haussmannização, essa operação conjunta de política e higiene que consiste em desafogar o centro da capital (ela foi imitada em outros lugares; trata-se de uma política urbana geral) pelo duplo movimento das aberturas de vias de circulação e alta dos aluguéis, gerado pelas demolições. Jeanne Gaillard descreveu o fenômeno e mostrou a força da resistência desde o inicio. Principalmente por parte dos artesãos, que preferem se amontoar do que emigrar para além dos

* Galette era originariamente um pão sem fermento, pesado e indigesto; passou depois a designar o doce de massa folhada. Muito popular no inicio do século XIX, fez a fortuna da *Mère Marie*, em cujo estabelecimento a juventude dourada de Paris vinha comer doce e beber vinho (*N. da R.*)

³⁷ Sobre as tavernas com música e seu uso, ver J. Rancière, “Le bon temps ou la barrière des plaisirs”, *Révoltes logiques*, n.º 7, primavera-verão de 1980. Sobre a história da zona miserável, Madeleine Fernandez escreveu uma dissertação de mestrado de história (Paris VII, 1980), *La ceinture noire de Paris au début du XXe siècle*, e continua com suas pesquisas. Sobre a definição da “zona” como um espaço livre, ver as observações de Zysberg, “A Plaistir”, *Urbi*, n.º 3, 1980, p. 84.

bulevares periféricos. Os quartos mobiliados de Maubert, de Mouffetard estão lotados a ponto de estourar. "Não é raro ver duas famílias agrupadas no estreito espaço de um único quarto (...) consequência do preço dos aluguéis", relata em 1861 o encarregado da 5.^a circunscrição, que constata que os quartos mobiliados não abrigam mais apenas migrantes solteiros, mas lares, famílias, "parisienses de origem que exercem as profissões mais ínfimas e menos confessáveis".³⁸ Segue-se uma degradação das condições de salubridade que inquieta as Comissões de Higiene. Mas, sobreencarregadas, as autoridades fecham os olhos: "É preciso alojar as pessoas" que, por isso mesmo, têm de ser toleradas. Muitos pequenos comerciantes, negociantes de vinho ou merceeiros, tiram um pequeno lucro sublocando algum canto da casa. Uma simplicidade generalizada por certo tempo mantém a habitação popular no centro da cidade. Outros se instalaram nos terrenos baldios, nos espaços livres dos canteiros de demolição, aí construindo barracos improvisados, como no Terreno Nilot da 8.^a circunscrição, a dois passos dos Champs-Elysées, descrito por Daudet.³⁹ "O essencial", comenta Jeanne Gaillard, "é a polarização persistente exercida pela antiga Paris, é a centralização das funções urbanas, é também a recusa dos habitantes a um esfacelamento da cidade que demorará muito a entrar nos costumes".⁴⁰ Fato sintomático: os operários chamam a Cayenne de "oficina longe de Paris", "fábrica situada na periferia", segundo Delvau, que também dá esse sentido: "Cemitério extra muros, na gíria do povo, para quem parece ser uma espécie de local de deportação".⁴¹

Os depoentes operários no inquérito de 1884 são unâmines em condenar a alteração de Paris, o seu criminoso estripamento e a relegação dos operários à periferia. Eles lamentam a perda da freguesia do bairro: "Está longe o tempo em que um operário honesto, laborioso e bom conhecedor do seu ofício podia formar aos poucos uma freguesia em seu bairro", diz o delegado dos pin-

tóres de construção. Eles lamentam a perda da mistura das classes favorável ao refinamento do gosto, "esse gosto particular que os operários parisienses adquiriam vivendo no centro da capital".⁴² Vinte anos depois, o velho Tolain, o excinzelador fundador da Internacional que se tornou Senador, protesta contra a moral adocicada dos quintais operários: "Quando os senhores expatriarem os operários para além dos muros, quando os senhores lhes derem um quintalzinho, certamente lhes será agradável cultivá-lo, aí regar as plantas, mas não é assim que eles renovarão suas idéias; é-lhes necessário o contato das belezas artísticas que lhes facilita essa criação incessante e sempre variada que faz a glória da indústria parisiense".⁴³ Não é de legumes, mas do "gosto distinto, puro e exigente das cidades" que precisam esses operários urbanos — tanto o cincelador Tolain como o serralleiro Gilland. Do fogo criador que arde no centro das cidades prometeicas.

Nessas circunstâncias, não admira que todo movimento revolucionário seja uma reconquista do centro. Lá estão os imóveis e os símbolos do poder. As Tulherias, a Prefeitura, a Câmara dos Deputados... atraem as multidões em protestos. É o caso em 1830 e em 1848, e ainda mais em 1871. Os *communards* — Jacques Rougerie o mostrou — reivindicam o direito à cidade.⁴⁴ Eles recuperam o centro de onde pretendiam expulsá-los. Entrincheirados por trás dos muros e fortificações da cidade, onde outrora por vezes refugiaram-se os camponeses da planície, eles encarnam, frente aos alemães e aos exilados de Versalhes, esse alto posto da monarquia, os verdadeiros defensores das Comunas livres. Com eles culminam todas as lutas urbanas da história.

Sob certos aspectos, a escolha em 1883 daquela que simultaneamente se converte na Praça da República, para aí levantar

⁴². Texto citado em M. Perrot, "Comment les ouvriers parisiens voyaient la crise...", p. 196.

³⁸. J. Gaillard, op. cit., pp. 210 e ss.

³⁹. Jack, 1876.

⁴⁰. J. Gaillard, op. cit., p. 214.

⁴¹. A. Delvau, op. cit., p. 74.

⁴³. F. Levasseur, *Questions ouvrières et industrielles sous la Troisième République*, Paris, Rousseau, 1907, p. 833, n.º 1.

⁴⁴. J. Rougerie, *Paris Libre*, Paris, Seuil, 1971; H. Lefebvre, *La proclamation de la Commune*, Paris, Gallimard, 1965.

a estátua de Morice, a grande Marianne por tanto tempo testada,⁴⁵ é uma vitória ambígua. Certamente significa a vitória da República enfim proclamada, conquistada; mas esse deslizamento para o centro-leste marca um acuamento do espaço democrático para os bairros operários, em suma uma espécie de Yalta, a divisão da cidade em duas: a cidade operária do Leste, a cidade burguesa do Oeste, com interesses e rituais opostos. Eis aí, fixado por muito tempo, o itinerário das manifestações de esquerda que apenas excepcionalmente (por exemplo, em 1968) saem do seu território. No plano dos símbolos, como no plano real, o centro escapa ao povo. Este, no entanto, não deixa de voltar para lá. Quando no sábado à noite os *loubards** das nossas periferias pegam suas motos e "descem" para Saint-Germain-des-Prés ou Montparnasse, dizem à sua maneira que a cidade lhes pertence: dela reivindicam o coração.

Utilizar livremente o espaço público

Circular livremente, parar em qualquer lugar, morar e trabalhar em qualquer lado são condutas populares coletivas na Paris do século XIX. Dotadas de uma espantosa capacidade de utilizar os terrenos baldios e os locais construídos, as classes populares opõem uma resistência viva ou surda contra a especiação progressiva e a delimitação de espaços funcionais. A história dos pequenos ofícios, sempre perseguidos, sempre renascentes, forneceria um fio condutor a esse confronto urbano.⁴⁶ O comércio de roupas usadas, esse circuito dos restos de vestuários que veste o povo com coisas de segunda mão dos burgueses e transforma a rua num perpétuo carnaval, instala suas bancas no bairro do Temple, no ar livre, até o dia em que a construção de um mercado coberto obriga todos a se abrigar,

* Os *loubards* são jovens suburbanos que formam bandos com comportamento anti-social. (N. da R.)

45. A história das lutas em torno da simbologia republicana e suas incidências sobre a paisagem urbana foi contada por Maurice Agulhon, *Marianne au combat*, Paris, Aubier-Montaigne, 1979.

46. Tese sobre os Pequenos Ofícios parisienses e suas funções no século XIX, por Jean-Michel Gounden, defendida em 1982.

a tirar alvará, a logo sucumbir diante da concorrência dos Grandes Magazines, divulgadores de confecções. Os delegados de polícia declaram guerra aos saltimbancos e camelôs que atrapalham a circulação e formam aglomerações facilmente rebeldes. Reduz-se seu número, exigem-se documentos. As medidas tomadas por Gisquet no início da Monarquia de julho são exemplares sob esse aspecto.⁴⁷ Ele calcula em 25.000 esses "indivíduos indisciplinados" cuja ocupação, cheia de atrativos pelo seu caráter irregular e pequeno capital, "tem o inconveniente de desviar de uma profissão laboriosa, de favorecer o gosto pela ociosidade e predispor à vagabundagem". Submetendo-os a "regras fixas", determinando "as localizações exíguas que lhes seriam permitido ocupar", por regulamento de 20 de janeiro de 1832, ele reduz o número de camelôs autorizados para 3.000. Os outros são reduzidos a vender ilicitamente, em duplas onde um deles fica à espreita, dobrando a toda pressa a "toillere" quando aparece a polícia. Não é de se esquecer que a venda em banca era para os operários, e principalmente para suas mulheres, uma fonte de renda essencial em caso de desemprego. Vem uma crise, eles saem vendendo suas roupas velhas, ou revendendo qualquer mercadoria comprada a bom preço ou roubada.

Expulsas das ruas, essas pessoas voltam maciçamente a elas nos períodos revolucionários. Em 1848, camelôs e mascates invadem as calçadas, apesar dos protestos dos comerciantes sedentários. Eles vendem imagens, armas mais ou menos simbólicas, canções. Em cada esquina organizam-se loterias partidárias, proibidas por uma lei de 1836, ou jogos de azar; altercações opõem o público à polícia, quando ela pretende dispersá-los.

Esse povo do século XIX tem o sentimento muito forte de que o espaço público lhe pertence. Tudo o que ele pede é poder

47. Gisquet foi delegado de polícia de Paris de 1831 a 1836. Suas *Mémoires* (1840) constituem um testemunho precioso sobre as medidas adotadas pelo poder local contra os pequenos ofícios e vagabundos. Ver também M. Perrot, "La fin des vagabonds", *L'Histoire*, n.º 3, julho de 1978.

utilizá-lo à sua vontade, de modo indiferenciado, capaz de aceitar uma certa desordem. Pois essa desordem, que tanto incomoda os higienistas, esses primeiros urbanistas, é favorável a uma flexibilidade, a uma variedade de usos incontrolados. E por isso que a noção de *equipamentos coletivos* — apropriação pública do espaço, certamente, mas para um uso bem definido — não é necessariamente popular. A delimitação de espaços coletivos, pelo contrário, pode ser vista como uma restrição e uma exclusão, como o fim de um direito costumeiro. Como os camponeses pobres do século XVIII, os operários das cidades reivindicam "livre percurso", "pasto solto" e manutenção dos direitos comunais.

No entanto, pela circulação dos fluxos e especialização dos espaços, o urbanismo canaliza progressivamente a multidão (a multidão: de Malthus a Gustave Le Bon, ela é uma das obsessões do século) e a disciplina. A reivindicação popular e operária é progressivamente forçada a se espacializar. O povo se volta sobre seus espaços próprios, abertos ou fechados, coletivos ou privados. As Bolsas de Trabalho, substituindo os "locais de greve" declinantes, os estádios, os espaços verdes, ao longo dos tempos que mudam, passam a ser desejados pelos operários. Enquanto a distância sempre maior entre local de trabalho e domicílio, destruidora dos bairros, leva à valorização do "lar".

É claro que os fatores propriamente urbanos não são os únicos. As transformações demográficas, o fim das migrações temporárias, a instalação e o enraizamento, assim como a evolução familiar ou o mimesmo sócio-cultural, empurram para o interior. Mulhees com suas máquinas de costura, estudantes com seus deveres precisam de uma mesa, um canto e — por que não? — um quarto para si. Um dos temas da Exposição Mundial de 1889 não é a história da "casa através dos tempos"? Das cavernas da pré-história aos tipos-modelos de casas operárias, todos são convidados a seguir o pressuposto da vida privada como uma das conquistas da Humanidade. Progressivamente constrói-se a imagem da *home* como signo e condição indispensável da felicidade — uma lareira e um coração. Ela invade a linguagem e a iconografia da CGT, sobretudo depois

de 1910, principalmente durante a campanha para a obtenção da Semana Inglesa.

Como toda necessidade social, esta tem uma história, feita de resistências, avanços e recuos, danças e contradancas. Uma história complexa, e eu diria "complicada", se Zorn, em seu belo romance *Mars (Março)*, não nos tivesse dito que era por excelência uma expressão burguesa...

